



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 12260/12

PARAÍBA PREVIDÊNCIA - PBPREV.
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de servidor do
sexo feminino. Preenchidos os requisitos
constitucionais, legais e normativos, julga-se
legal o ato, concedendo-se o competente
registro.

ACÓRDÃO AC2 TC 02056 / 2012

1. DA APOSENTADORIA

APOSENTANDO(A): Rita Gomes de Lima Vieira
MATRÍCULA: 81.148-3
CARGO: Professora da Educação Básica 3
LOTAÇÃO: Secretaria de Estado da Educação e Cultura
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 12.862 dias
DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 02/08/2008
DATA DA PUBLICAÇÃO: DOE, em 14/09/2008
FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: art. 40, § 1º, inciso III, "a" da Constitucional Federal/88
AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBPREV

2. RELATÓRIO DA AUDITORIA

Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor legalmente apto ao benefício, estando corretos os dados de tempo de serviço e os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de Origem.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB:

Pela legalidade do ato aposentatório e cálculo proventual, com a concessão do competente registro

4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, na sessão realizada nesta data, à unanimidade, em conceder registro ao ato aposentatório da Sra. Rita Gomes de Lima Vieira, Professora da Educação Básica 3, matrícula nº 81.148-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, tendo como fundamentação o art. 40, § 1º, inciso III, "a" da Constitucional Federal/88, porquanto presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos efetuados pelo Órgão de origem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 12260/12

Publique-se e cumpra-se.

TC - Sala das Sessões – Miniplenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.
João Pessoa, em 11 de dezembro de 2012.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente

Auditor Antônio Cláudio Silva Santos
Relator

Representante do Ministério Público
Junto ao TCE/PB